

Artigo

O ARIANISMO NO CONCÍLIO DE NICEIA (325 D.C.)

Por Flávio Henrique Santos de Souza

RESUMO: O propósito deste artigo é tentar reconstruir o que se passou com o chamado arianismo no Concílio de Niceia (325 d.C.). Concílio este que teria sido o primeiro da Igreja¹ de proporção ecumênica, sendo que os sacerdotes majoritários que participaram do mesmo eram da parte oriental do Império Romano. De modo que outros sacerdotes da parte ocidental do Império, que tinham vertentes teológicas diferenciadas da maioria dos cristãos, não foram chamados para o Concílio. Assim, dentre algumas questões discutidas nessa assembleia, daremos ênfase ao arianismo que “balançou” as estruturas clericais com uma forma teológica alternativa em relação a Jesus de Nazaré (4 a.C.-30 d.C.).

PALAVRAS-CHAVE: Constantino, Concílio de Niceia, Arianismo, Cristianismos.

Embates em torno da figura de Jesus

Em 324 d.C., o imperador Constantino (272-337 d.C.) estabeleceu o domínio e a unidade do Império Romano reunificando o Ocidente ao Oriente após vencer Licínio (263-325 d.C.).² Com isso, se fortaleceu mais para continuar com o desígnio de unificar a religião cristã simultaneamente com o Império. Isso porque Constantino foi o primeiro imperador romano a professar também o Deus dos cristãos imiscuído com suas crenças pagãs.³

Segundo a tradição historiográfica, sua conversão teria ocorrido em 312 d.C. durante a Batalha da Ponte Mílvia. Destarte, após Constantino vencer Maxêncio (278-312 d.C.)⁴ e atribuir a vitória ao Deus dos cristãos, logo, as perseguições periódicas que eram perpetradas contra os cristãos foram desfechadas em 313 d.C. com o Édito de Milão (lei que concedia liberdade religiosa em todo o Império Romano e que favorecia, sobretudo, aos cristãos). Inicialmente, apesar do favorecimento aos cristãos, os pagãos não foram perseguidos ou coagidos para

¹ Isso se desconsiderarmos a assembleia de Jerusalém (Atos, 15) que teria sido a primeira reunião da Igreja no século I para debater questões doutrinárias relacionadas aos gentios, isto é, as pessoas que recebiam a fé cristã não sendo judias. Contudo, essa assembleia não é relacionada como o primeiro Concílio da Igreja.

² Foi um co-imperador romano que governava a parte oriental do Império. Seu governo se estendeu de 308 até 324 d.C., quando foi destronado pelo seu cunhado Constantino que era o imperador do Ocidente. VEYNE, Paul. *Quando Nosso Mundo se Tornou Cristão (312-394)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 7-8.

³ Em nenhum momento desta pesquisa utilizamos o termo pagão com a carga pejorativa que alguns escritores eclesiásticos lhe atribuíram, mas estamos falando de religiões politeístas que eram voltadas para os elementos da natureza, ao animismo, ao fetichismo etc. LOYN, Henry R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 663-664.

⁴ Foi um imperador romano entre os anos de 306 a 312 d.C. e filho do imperador Maximiano. Maxêncio foi derrotado por Constantino na Batalha da Ponte Mílvia em 312 d.C. GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras. Círculo do Livro, 1989, p. 182-183.

que se tornassem conversos ao cristianismo. Mas dentro dessa conjuntura pacificada para o imperador, problemas doutrinários com sacerdotes cristãos começaram a se avolumar e isso envolveria, doravante, a figura de Constantino. Segundo o historiador Waldir Freitas Oliveira:

"(...) A vida do Império, no que se refere à religião cristã, iria ser tumultuada pelo surgimento da doutrina arianista que provocou a divisão do cristianismo da época, gerando uma vasta polêmica (...)."⁵

Retroagindo alguns anos, especificamente em 318 d.C., uma grande disputa doutrinária eclodiu em Alexandria no Egito. A cidade tinha muito prestígio, pois era um dos grandes patriarcados da Igreja assim como Antioquia, Jerusalém e Roma (em 330 d.C., com a criação da cidade de Constantinopla, o quinto patriarcado da Igreja foi inaugurado). Após a concessão de liberdade religiosa no Império e alguns favorecimentos concedidos aos cristãos e a Igreja por Constantino, os bispos começaram a ter maior influência ante a população nos assuntos concernentes a pareceres religiosos, e devido a esse *status* eles eram sobremodo ouvidos, porém:

(...) Nesse período, uma forte tendência à secularização do clero, em parte atraído pelos prazeres da vida mundana e pelas regalias que o poder lhe proporcionava. Donde haverem, então, ocorrido as primeiras manifestações de insatisfação no seio da Igreja, com a fundação de mosteiros para onde partiam e se recolhiam os descontentes, a fim de ali praticar um cristianismo mais puro e fiel às suas próprias origens. Foi nesse cenário que surgiu o grande cisma provocado por Ário, presbítero da Igreja de Alexandria.⁶

Nesse contexto, os debates teológicos dos sacerdotes deixaram apenas de conter discussões metafísicas para abarcar diversas aspirações

subjetivas que eram contidas no arcabouço dos discursos dos mesmos:

"(...) Às lutas doutrinárias se misturam questões pessoais, políticas, aspectos econômicos, querelas de vocabulário, influências palacianas. Tudo isso contribui para complicar a discussão e lhe dar complexidade."⁷

Todo esse embaraço doutrinário se iniciou quando o bispo Alexandre (250-326 d.C.) requereu a opinião de seus padres sobre um texto do Antigo Testamento (não tem como saber que texto seria esse, pois na carta escrita por Constantino sobre o episódio, o imperador não discrimina a passagem veterotestamentária). O sacerdote Ário (256-336 d.C.) começou a esboçar pensamentos discrepantes aos da maioria dos eclesiásticos, logo, ele se inflamou em discursos contra o bispo Alexandre e com isso "os estivadores de Alexandria se envolviam apaixonadamente, parece, com essas controvérsias, que, entretanto não interessavam às multidões Ocidentais".⁸

Os comentários tecidos por ambos os sacerdotes eram sobre a divindade de Jesus de Nazaré, pois "durante bem mais de um século, os teólogos continuaram a debater a questão da relação do Pai (Deus) com o Filho (Jesus)".⁹ E, sobretudo em Alexandria, onde houve uma imensa produção de doutrinas metafísicas, visto que a cidade era um grande centro de reflexão e na localidade se tinha o costume de discussões teológicas, filosóficas etc.

Assim, Ário se opôs ao bispo Alexandre que não concordava com os seus argumentos teológicos. O discurso de Alexandre enfatizava a igualdade do Pai

⁵ FREITAS, Waldir Oliveira. *A Antiguidade Tardia*. São Paulo: Ed. Ética, 1990, p. 41.

⁶ Ibid., p. 42.

⁷ FRANGIOTTI, Roque. *História das Heresias (séculos I-VII)*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 88.

⁸ LE GOFF, Jacques. *O Deus da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007, p. 34.

⁹ EHRMAN, Bart D. *Quem Jesus foi? Quem Jesus não foi?* Rio de Janeiro: Ediouro, 2010, p. 320.

(Deus) e do Filho (Jesus) e ressaltava que o Filho era o próprio Deus encarnado.

Ário, por sua vez, que era presbítero da mesma cidade o contradizia, não crendo nessa alegação de Alexandre que era o bispo principal do território. Daí nasceu esse grande estorvo doutrinário que alterou a concepção de fé de alguns fiéis.

Desde o século II e III, existiam várias visões interpretativas das Escrituras que já borbulhavam no âmbito cristão (principalmente sobre a natureza de Jesus de Nazaré).

Todavia, se retroagirmos ao século I, é possível visualizar que isso também foi muito comum no cerne cristão (como é até hoje no século XXI, vide as diversas denominações cristãs existentes), pois o cristianismo surgiu de dissidências internas do judaísmo. E dentre tantos grupos cristãos existentes nos séculos I, II, III e princípio do IV, nenhum deles tinha a compilação do chamado Novo

Testamento. Isto é, o processo de formação do cânone neotestamentário não tinha sido concluído (mesmo já tendo todos os livros escritos que hoje pertencem ao chamado Novo Testamento, não existia nenhum “Novo Testamento” no período). De sorte que existiam diversos livros (evangelhos,

epístolas, apocalipses etc.) que para alguns grupos de cristãos eram a “Palavra de Deus”, mas para outros grupos eram literaturas que não tinham “inspiração divina”. E assim, ocorreu uma convivência efervescente com diversos grupos menores que tinham seus próprios livros e prismas, e, através disso concebiam sua fé cristã. Entretanto, nada ainda tinha exercido tanta influência como as ideias de Ário.

O arianismo, nome pelo qual as ideias de Ário ficaram conhecidas, repudiava a chamada consubstancialidade de Jesus com Deus-Pai. O ponto central versava sobre as seguintes características:

“Como princípio básico de todo el sistema, Arrio ponderaba la unidad absoluta de Dios, eterno, increado e incomunicable. Fuera de El, todo lo demás que existe son meras criaturas suyas. De este principio se deriva la afirmación fundamental de que el Verbo o Cristo no es eterno y há sido creado de la nada, mas no por necesidad, sino por libérrima voluntad suya. La razón se su creación es para que sirviera al Padre celestial de instrumento para crear el mundo. Por consiguiente, el Verbo no es de la misma naturaliza que el Padre; es diverso de la divina esencia; por su propia naturaliza, mudable y susceptible de pecado.”¹⁰

Na perspectiva do bispo Alexandre e alguns pensadores proto-ortodoxos,¹¹ o arianismo destruiria toda soteriologia cristã, isto é, a salvação humana perante Deus. Porquanto se Jesus fosse



Constantino: mosaico em Santa Sofia

¹⁰ LLORCA, Bernardino. *Historia de la Iglesia Católica*. Bac: Madrid, 1955, p. 402.

¹¹ Grupo de cristãos dos séculos II e III que, doravante, se intitulou como “ortodoxo”. EHRMAN, Bart. *Quem Jesus foi? Quem Jesus não foi?* Rio de Janeiro: Ediouro, 2010, p. 248.

apenas uma criatura não poderia ser Deus e não redimiria o mundo dos seus pecados. Por isso, começou uma grande disputa para liquidar esse ensinamento de Ário, mas os adeptos do arianismo cresceram entre os helenistas¹² e a doutrina expandiu-se rapidamente. Os que comungavam com as ideias de Ário entraram em atividade o defendendo:

A pregação de Ário mudou repentinamente a forma como muitos cristãos concebiam Deus e provocou, em pouco tempo, divisões em cada comunidade cristã, suscitando um ativo engajamento popular em Alexandria, no Egito e em todo Oriente.¹³

Alexandre e seus seguidores afirmavam categoricamente a consubstancialidade de Jesus com Deus em seus sermões. Para os proto-ortodoxos, o Filho (Jesus) era igual ao Pai (Deus), porque Deus o gerou da mesma substância. Com isso, essas declarações dariam início ao que posteriormente seria a formulação das três pessoas da divindade cristã “ortodoxa”, pois a questão do Pai e do Filho já estava sendo discutida e, doravante, foi acrescentado o Espírito Santo para formar a “tríade divina”. Dessa forma, mais tarde, foi engendrado o dogma da Trindade onde não haveria hierarquia de divindades. Ficando da seguinte maneira: “há três pessoas em Deus. Elas são distintas uma das outras. Mas cada uma é igualmente Deus. Todas as três são seres eternos. E todas são feitas da mesma substância”.¹⁴

Enquanto isso, Ário continuava pregando e ensinando sua dedução lógica:

(...) Afirmava em suas pregações que o Cristo, como Criatura do Pai, não lhe poderia ser idêntico, faltando-lhe inclusive o atributo da eternidade, “desde que houve um tempo em que não existia”. Subordinando-o, pois, à figura do Pai. Por outro lado, sustentava ser o Evangelho uma revelação da verdade, mas não a única e definitiva fonte da verdade para os cristãos.¹⁵

Mesmo Ário se obstinando contra o bispo superior da região (Alexandre), continuava com uma série de ensinamentos em comunidades cristãs e assembleias públicas expondo sua doutrina de que Jesus era uma criatura de Deus muito excelsa, mas não igual a Deus. Dizia também que a criação de Jesus foi para que ele se tornasse apenas intermediário na criação do mundo. Ou seja, segundo o arianismo, Jesus continuava a ser divino, todavia, não era igual ao Deus-Pai. Pois houve um tempo que Jesus não existia e Deus sempre existiu. Logo, Deus só se tornou Pai quando Jesus passou a existir.

As ideias de Ário começaram a crescer e deflagraram gigantescas agitações nos cristãos orientais (afinal de contas, era uma nova forma de se conceber Deus diferentemente da maioria). Porquanto “Ário conquista enorme audiência no Oriente, acolhido nos meios intelectuais e populares, compondo cânticos que os marinheiros difundiam circulando-os por toda a costa do império”.¹⁶

O bispo Alexandre respondeu a esses posicionamentos em favor do arianismo escrevendo para vários bispos. Desse modo, Ário e

¹² Pessoas que comungavam com aspectos sociais, culturais e políticos da Grécia antiga.

¹³ FUNARI, Pedro Paulo (Org.). *As Religiões que o Mundo Esqueceu*. São Paulo: Ed. Contexto, 2012, p. 105.

¹⁴ EHRMAN, Bart D. *Quem Jesus foi? Quem Jesus não foi?* Rio de Janeiro: Ediouro, 2010, p. 322.

¹⁵ FREITAS, Waldir Oliveira. *A Antiguidade Tardia*. São Paulo: Ed. Ética, 1990, p. 42-43.

¹⁶ FRANGIOTTI, Roque. *História das Heresias (séculos I-VII)*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 88.

seus seguidores foram denunciados por tentarem evitar a divindade e igualdade de Jesus com Deus.¹⁷

Em 319 d.C., aconteceu um sínodo¹⁸ que contou com aproximadamente cem bispos que condenaram o arianismo. Logo, Ário foi deposto da comunidade cristã de Alexandria com cerca de outras vinte pessoas que o apoiavam. Todavia, Ário também pediu ajuda a bispos de fora do Egito, principalmente, Eusébio de Cesareia (263-339 d.C.) e Eusébio de Nicomédia (?-341 d.C.). Assim, posteriormente, Ário recebeu um grande obséquio por causa desses dois bispos.

O arianismo e seus defensores no Concílio de Niceia

Com toda essa agitação produzida pelo arianismo na parte oriental do Império, Constantino atentou para a controvérsia entre os seus sacerdotes e procurou extinguir esses debates enviando uma carta para Ário e Alexandre, porque com a permanência das contrariedades doutrinárias poderia surgir o impedimento da unidade do Império em relação às questões políticas, sociais e religiosas. Porquanto o imperador temia a expansão e o volume da heresia. Esta parecia representar uma fissura e ameaça à unidade política e religiosa do Império. Multiplicavam-se as rivalidades, as facções, as intrigas da corte e manipulações de informações. De fato, apaixonando o povo, a heresia se tornava catalisador de desordem, tumultos, motins.¹⁹

Desde a metade do século XIX muitos historiadores discutem sobre o caráter da conversão de Constantino ao Deus dos cristãos e o fato que o teria levado a intervir nessa querela teológica. Mas essas questões ainda estão longe de um consenso. Entretanto, acreditamos que é notório que Constantino buscou tirar proveito político dessa situação, porque através de uma religião cristã “uníssona” (pelo menos para a maioria dos cristãos) o imperador procurou unir o Ocidente ao Oriente na adoração divina (sem negligenciar o paganismo). E devemos salientar também que na Roma antiga religião e política estavam atreladas intrinsecamente. De modo que se o Estado romano estivesse vivendo em abundância e prosperidade, isso teria sido proporcionado pelos deuses. Agora, se Roma estivesse em crises e tormentos como catástrofes naturais, destruições causadas pelas guerras etc., a população era culpada por não ter adorado aos deuses de forma correta. Logo, essa métrica foi aglutinada também ao cristianismo no Império Romano. Então, nessa conjuntura Constantino visualizou uma oportunidade para enrijecer a unidade do Império concomitantemente com a religião cristã. Buscando assim o controle político, social e religioso ante a população do Império.

Com isso, o imperador Constantino promoveu a convocação do Concílio de Niceia em 325 d.C. na Ásia Menor, atual Turquia. Este foi considerado o primeiro Concílio Ecumênico da Igreja.²⁰ Porém, contou com 250 a 318 bispos que em sua maioria

¹⁷ Apenas no Evangelho de João Jesus é considerado Deus (João, 1: 1-14; 8:58; 10:30; 14: 7-14). Mateus, Marcos e Lucas não chamam Jesus de Deus em nenhum momento. O Evangelho de João teria sido escrito entre 90 a 95 d.C., ou seja, seu autor ao escrevê-lo teve contato com várias fontes e construiu Jesus como Deus buscando justificar seus prismas e filtros teológicos.

¹⁸ No princípio da história eclesiástica os termos sínodo e concílio eram usados de forma comum para denotar assembleia de clérigos. Após o Concílio de Niceia, os termos

ganham novos significados, de modo que sínodo se tornou uma assembleia de bispos de uma província ou região, isto é, o clero da diocese. LOYN, Henry R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997, p. 789.

¹⁹ FRANGIOTTI, Roque. *História das Heresias (séculos I-VII)*. São Paulo: Paulus, 1995, p. 92.

²⁰ Nessa espécie de assembleia, comparecem todos os bispos que são convocados por um pontífice.

eram do Oriente. Os clérigos da parte ocidental praticamente não participaram, ou seja, o Concílio não foi de proporções “mundiais”. Pode-se dizer que o cristianismo era minoritário no Ocidente. Além disso, o ponto mais importante para essa não convocação de mais sacerdotes está em algumas formas diferentes e divergentes de cristianismos existentes em vários territórios do vasto Império Romano. Ou seja, isso demonstra que desde a Antiguidade o cristianismo sempre foi uma religião polissêmica assim como toda manifestação religiosa é diversificada.

A tônica desse Concílio permeou sobre o arianismo que dizia, em síntese, que Jesus de Nazaré era um Deus subordinado, mas não era igual ao Deus-Pai. Porém, o Concílio não se restringiu a apenas essa doutrina, pois

“aparte la cuestión arriana, el concilio se ocupó de varios asuntos de escassa importancia: el cisma de Melecio y la cuestión sobre la celebración de la Pascua. Condenado su cisma, los melecianos hicieron causa común con los arrianos. En la celebración de la Pascua, se proclamó la práctica usada en la Iglesia occidental. Además, se dieron unos 20 cánones disciplinares, en los que decidía la cuestión del bautismo de los herejes y de los lapsos o apóstatas de la persecución.”²¹

Até o início do século IV, era comum que muitos clérigos ensinassem nas suas comunidades cristãs que Jesus teria tanto a natureza humana quanto a divina,²² que fora um homem que nasceu “virginalmente” e sem pecado.²³ E, assim que recebeu o batismo iniciou suas pregações do evangelho do Reino de Deus, assumiu a condição messiânica,²⁴ e, que teria dito ser o próprio Deus.²⁵ Com isso, foi sistematizado por alguns eclesiásticos que o ato de crer nas referências supracitadas como

também na morte e “ressurreição” de Jesus de Nazaré, representaria que o indivíduo poderia ser “salvo” postumamente. Assim, todo aquele que crescesse nesses ensinamentos (encarnação, crucificação, ressurreição etc.) não pereceria espiritualmente no castigo eterno.²⁶

Entretanto, todas essas alegações foram sendo construídas bem antes do século IV, pois todos esses ensinamentos estão elencados pelos escritores dos Evangelhos que escreveram durante o I século e no chamado Novo Testamento como um todo. É pertinente evidenciar que os Evangelhos foram escritos entre 35 a 65 anos depois que Jesus de Nazaré tinha morrido, e, que cada autor não estava escrevendo sobre História ou uma biografia de Jesus, porém, cada qual escreveu sua narrativa à luz de sua própria experiência teológica e entendimento subjetivo da pessoa de Jesus e de seus possíveis ensinamentos, como também, das fontes que cada qual tinha à sua disposição. Isso também vale para o Novo Testamento inteiro (como para a Bíblia toda). De sorte que cada autor bíblico tem uma visão subjetiva de temas específicos vividos por cada um. Apesar de haver similitudes em alguns temas, cada escritor teve um objetivo ao escrever sua narrativa que está “recheada” de suas predileções, sentimentos, contrariedades etc. Como salienta o teólogo e historiador Bart D. Ehrman, um dos maiores especialistas em estudos bíblicos e do princípio do cristianismo do século XXI:

Essa visão prega que cada autor da Bíblia viveu em sua própria época e em seu próprio lugar – e não nos nossos. Cada um deles tinha um conjunto de

²¹ LLORCA, Bernardino. *Historia de la Iglesia Católica*. Bac: Madrid, 1955, p. 409-410.

²² João, 1: 1-14; 8:58; 10:30.

²³ Mateus, 1:18-25; João 8:46.

²⁴ Ibid., 16: 13-20; Ibid., 4: 1-30.

²⁵ João, 8: 53-55.

²⁶ Ibid., 8:51; 11:26.

pressupostos culturais e religiosos do qual podemos não partilhar.²⁷

A despeito dessas doutrinações sobre Jesus feitas por líderes das comunidades cristãs, discutidas anteriormente, ainda não se tinha unanimidade entres os grupos cristãos sobre certas questões (como nunca houve). E aí é que se encontra a importância do Concílio de Niceia, que se constituiu para tentar unificar o Império através de sua consolidação com a “nova religião” estatal que produziu a doutrina de Deus oficial do cristianismo (doutrina essa que até hoje está longe de ser uníssona nos cristianismos). O alvo e interesse do imperador Constantino se fundamentaram na primazia do Estado, pois o imperador não era versado em questões teológicas. Mas uma coisa era certa, se as “heresias” se propagassem poderiam levar a religião estatal ao enfraquecimento. Com isso, o Estado perderia o objetivo de uniformizar a adoração divina e correria o risco de perder a manutenção da ordem social. O arianismo, do ponto de vista do Estado, era uma grande barricada para a realização de um Império universal cogitado por Constantino. A tentativa dessa uniformização religiosa (isso apenas no âmbito cristão) poderia ajudá-lo a alcançar tal intento. E como falamos anteriormente, não negligenciamos a conversão de Constantino ao Deus dos cristãos que foi alocado às suas crenças pagãs. Como também, ressaltamos que no mundo antigo era muito comum religião e política “caminharem juntas”. Por essas razões, o imperador convocou o Concílio de Niceia.

Além dos 250 a 318 bispos presentes no concílio, foram enviados por Silvestre (285-335 d.C.), bispo de Roma, dois presbíteros para representá-lo, pois



O Concílio de Niceia, com Ário descrito como derrotado pelo concílio, deitado sob os pés do Imperador Constantino I.

Silvestre estava muito debilitado e por isso não pôde estar presente nesse ajuntamento conciliar. No andamento do Concílio, Ário se defendeu contra as acusações afirmando suas posições iniciais sem retirar o que tinha sido exposto em suas pregações. Tanto o bispo Eusébio de Cesareia como o bispo Eusébio de Nicomédia estavam com Ário mostrando assim certa simpatia com as ideias do sacerdote, contudo, suas posições foram tachadas como heréticas. Com isso, Ário foi condenado e exilado juntamente com Eusébio de Nicomédia. É interessante notar que o bispo Eusébio de Cesareia não foi proscrito por Constantino, de repente Cesareia poderia ter assinado contra as ideias de Ário mesmo mostrando certa afinidade com elas. E por isso, não teria sido mandado para o exílio. Mas

²⁷ EHRMAN, Bart D. *Quem Jesus foi? Quem Jesus não foi?*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2010, p. 28.

não encontramos documentação que comprove tal hipótese.

Ário e Eusébio de Nicomédia receberam a pena de desterro tão somente por terem pensamentos antagônicos aos da tradição majoritária dos eclesiásticos e foram tidos como hereges, porém, se analisarmos a raiz da palavra heresia, veremos que simplesmente nos remete a uma opção, porquanto a palavra heresia (do grego *hairesis*, *hairein*, que significa escolher) acompanhou a vida da Igreja desde os inícios, e para os escritores eclesiásticos o termo designava uma doutrina contrária aos princípios da fé oficialmente declarada.²⁸

Todavia, para os escritores eclesiásticos, a heresia se tornou a contrariedade aos princípios, dogmas e regras que os mesmos estabeleceram. Dessa forma, para a religião cristã, se tornou imprescindível salientar que Jesus de Nazaré é da mesma substância do próprio Deus para a permanência da crença na “ressurreição” dos mortos, para seu discurso salvacionista e para a sobrevivência da religião. Tudo que viesse de encontro à natureza divina de Jesus era anatematizado, ou seja, considerado maldito. Como mostra uma das cartas de Paulo de Tarso endereçada à comunidade cristã de Corinto, na Grécia, que foi utilizada amplamente pelo clero para corroborar com esse discurso:

Se não há ressurreição dos mortos, também Cristo não ressuscitou. E se Cristo não ressuscitou, vazia é a nossa pregação, vazia também é a vossa fé. Acontece mesmo que somos falsas testemunhas de Deus, pois atestamos contra Deus que ele ressuscitou a Cristo, quando de fato não ressuscitou, se é que os mortos não ressuscitam.

Pois, se os mortos não ressuscitam, também Cristo não ressuscitou. E, se Cristo não ressuscitou, ilusória é a vossa fé; ainda estais nos vossos pecados.²⁹

Agora, já para Constantino e o Império Romano, toda essa elucubração teológica era secundária. Pois o cristianismo serviu como uma tentativa de coesão administrativa e religiosa (para a maior parte dos cristãos). Por isso, foi redigido o Credo Niceno para debelar os conflitos interpretativos fomentados pelo arianismo e para delimitar o conteúdo de fé da Igreja sobre o assunto. O Credo Niceno ficou assim:

“Cremos em um só Deus, Pai Todo-Poderoso, criador de todas as coisas, visíveis e invisíveis. E em um só Senhor Jesus Cristo, o Filho de Deus, unigênito do Pai, da substância do Pai; Luz de Luz, Deus verdadeiro de Deus verdadeiro, gerado, não criado, consubstancial ao Pai; por quem foram criadas todas as coisas que estão no céu ou na terra. O qual por nós homens e para nossa salvação, desceu (do céu), se encarnou e se fez homem. Padeceu e ao terceiro dia ressuscitou e subiu ao céu. Ele virá novamente para julgar os vivos e os mortos. E (cremos) no Espírito Santo. E quem quer que diga que houve um tempo em que o Filho de Deus não existia, ou que antes que fosse gerado ele não existia, ou que ele foi criado daquilo que não existia, ou que ele é de uma substância ou essência diferente (do Pai), ou que ele é uma criatura, ou sujeito à mudança ou transformação, todos os que falem assim, são anatematizados pela Igreja Católica e Apostólica.”³⁰

Para finalizar a discussão teológica do Concílio, uma fórmula foi proposta pelo bispo Eusébio de Cesareia conjuntamente com outros bispos para por fim a questão da natureza de Jesus de Nazaré.

Segundo o historiador britânico Paul Johnson, o imperador Constantino teria influído os bispos

²⁸ FALBEL, Nachman. *Heresias Medievais*. São Paulo: Perspectiva, 1976, p. 13.

²⁹ 1 Coríntios, 15: 13-17.

³⁰ Credo Niceno. Fonte: http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/historia_da_igreja/primeiro_concilio_ecumenico_de_niceia. Acesso em: 5 de abril de 2018.

para que todos concordassem com o Credo Niceno:

Foi ele quem insistiu, como uma fórmula para conciliação, na inserção da expressão “consustancial ao Pai” na profissão de fé. “Ele aconselhou todos os presentes a concordar”, conta Eusébio, “e a subscrever seus artigos e assentir-lhes, com a inserção da palavra “consustancial”, que, além disso, ele mesmo interpretou”. Constantino, de acordo com os interesses do Estado, estava ansioso por evitar uma rixa e, caso ocorresse alguma, procuraria uma solução honrosa.³¹

Os bispos proto-ortodoxos que eram favoráveis a Alexandre aceitaram a colocação do termo grego *homoousios* para debelar o embate contra Ário e seus correligionários. Assim, essa expressão grega delimitou o significado de que Jesus teria a mesma substância de Deus, isto é, teria a consustancialidade do Deus-Pai. E com isso, através dessa fórmula foi criado o Credo Niceno, que segundo os cristãos envolvidos no Concílio, não teria alterado em nada no que os apóstolos ensinaram e na tradição da Igreja desde o século I. Pois o que consta no credo foram definições que serviram para resolver o problema maximizado pelo arianismo e uma exortação ao combate de possíveis “hereges”. Porém, certamente, muita coisa foi alterada desde o século I. E o ponto alto dessa discussão é que Jesus de Nazaré deixou de ser um camponês tido como “profeta apocalíptico” da Palestina antiga, para se tornar cabalmente Deus.

Depois do Concílio de Niceia ficou bem patente que houve uma garantia estatal de que os sacerdotes precisavam elaborar uma teologia

oficial sobre vários aspectos da fé cristã para debelar conflitos interpretativos das Escrituras. Pois assim, Constantino teria um controle maior das esferas política, social, religiosa etc. Evitando assim, uma possível descentralização imperial. Com isso, reforçou o seu poder político através de todo o Império garantindo-se também como o imperador defensor da Igreja e que se revestia de um “bastião divino”.

Tanto é que, posteriormente, o imperador censurou todos aqueles que abraçavam o arianismo:

(...) Em 333, no primeiro caso de censura empregada em defesa dos interesses cristãos, Constantino ordenou uma ação selvagem contra os escritos arianos: “se for encontrado qualquer tratado composto por Ário, que seja atirado às chamas (...) a fim de que não reste dele qualquer recordação (...) e se alguém for pego ocultando um livro de Ário e não o trouxer de pronto para fora e queimá-lo, a penalidade será a morte; o criminoso deverá sofrer sua punição imediatamente após a condenação.”³²

Destarte, Constantino foi visto por alguns cristãos como um eleito de Deus (como é até hoje) a ponto de ser associado como um “instrumento divino” para a Igreja, porém, será que o imperador estava “comprometido” plenamente com o Deus dos cristãos? Acreditamos que a resposta seja positiva. Constantino estava “comprometido” com a adoração do Deus dos cristãos da mesma forma que com os deuses pagãos, ou seja, no mundo antigo os pagãos que faziam adesão a mais um deus não precisariam abrir mão de outros deuses. Era muito comum a monolatria, isto é, a veneração e identificação com um deus específico, porém, sem negligenciar ou excluir outras deidades existentes. Essa exclusão de divindades surgiu

³¹ JOHNSON, Paul. *História do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001, p. 108.

³² JOHNSON, Paul. *História do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001, p. 109.

primeiramente com o Judaísmo e perpassou para o cristianismo, mas isso não acontecia entre os pagãos. Dessa forma, o Deus dos cristãos era mais uma deidade do panteão de Constantino.

Mais tarde, uma ação de Constantino soou muito estranha, pois, depois do surto feroz do imperador para desarraigar o arianismo, foram tomadas medidas a favor do mesmo:

“Ante todo, era necesario captarse las simpatías del emperador en favor de los prohombres del arianismo. Para esto sirvió a las mil maravillas Eusebio de Cesarea, muy estimado por Constantino y que simpatizaba an favor de Arrio. No poco influyó también en el mismo sentido la propia hermana del emperador, Constancia, muy influyente en la corte y conquistada también por el arianismo. A esto se juntaban diversas razones de otro género. Sobre todo influía la idea de que las medidas de rigor no habían obtenido la paz deseada, por lo cual era preferible tentar la reconciliación por el perdón universal y la atracción pacífica.”³³

Constantino agiu no polo oposto da sua postura inicial de censura ao arianismo e parecia querer uma restauração da doutrina. Isso começou a ocorrer quando o imperador ressaltou a opinião pública sobre a punição aplicada a Ário e Eusébio de Nicomédia. Além disso, sua irmã Constância defendia secretamente o arianismo, pois parecia que tinha certa predileção por essa doutrina. Assim também como Eusébio de Cesareia demonstrava certo pendor ao arianismo. Tendo feito isso, o imperador anistiou a pena perpetrada a ambos (Ário e Nicomédia). De sorte que o novo bispo chamado Atanásio que tinha sido escolhido em 328 d.C. e que substituiu o antigo bispo Alexandre em Alexandria, não gostou dessa postura de Constantino e se opôs ao imperador o acusando de traidor da Igreja.

Com todo esse desdobramento conciliar e pós-conciliar, e, apesar dessa suposta condenação do arianismo no Oriente, as ideias de Ário mais tarde chegariam ao Ocidente. Isso porque depois do Concílio de Niceia, vários missionários (monges itinerantes) foram para o meio dos povos germânicos e pregaram justamente o que Ário defendia nos seus sermões. No século V, quando os germânicos conquistaram o Império Romano Ocidental trouxeram o arianismo para Roma. Já no Império Romano Oriental (ou Império Bizantino), o arianismo ficou patentemente circulando até 587 d.C., isso porque Constantino agiu benevolmente com Ário e Eusébio de Nicomédia.

Assim, é coerente salientarmos que o cristianismo prosperou sob o baluarte de Constantino e que depois de seus embates ferrenhos contra os adeptos do arianismo, se mostrou favorável ao mesmo quer por sua crença ou em prol da estabilidade do seu governo, ou, pelas duas coisas concomitantemente.

Em 335 d.C., poucos anos antes da morte de Constantino, o bispo Atanásio (na época do Concílio era diácono e teve grande engajamento contra o arianismo) que se opunha ao imperador e defendia a tradição da maior parte dos cristãos e a “ortodoxia” em relação a Jesus fixada no Concílio de Niceia, foi exilado. Pois Eusébio de Nicomédia que se tornou o novo líder do arianismo (um pouco antes de Ário falecer) e seus adeptos, o caluniou, e por ordens de Constantino, Atanásio foi proscrito para a cidade de Tréveris, hoje, esse território faz parte da Alemanha.

³³ LLORCA, Bernardino. *Historia de la Iglesia Católica*. Bac: Madrid, 1955, p. 411.

Em 337 d.C., no desfecho da vida de Constantino houve mais uma atitude polêmica. O imperador foi batizado segundo o rito de iniciação cristã, todavia, foi o bispo Eusébio de Nicomédia que celebrou o seu batismo. Dito isso, não podemos acusar Constantino de falsa conversão, como alguns escritores eclesiásticos fazem, por ter sido batizado antes de morrer. Pois “por essa época, esse retardamento do batismo era habitual, porque o batismo era um passo adiante no engajamento, na verdade a porta de entrada da fé”.³⁴

Segundo o historiador e padre Bernardino Llorca, nos últimos anos do governo de Constantino que ele teria se desviado da “ortodoxia” desenvolvida pelos seus bispos no Concílio de Niceia com a sua aquiescência. Os líderes do arianismo teriam insuflado Constantino dizendo que ele só conseguiria manter a unidade e a paz no Império com a maior parte dos cristãos se fosse a favor deles. Segundo Llorca, ainda, depois de Constantino ter defendido por muito tempo o Credo Niceno, nos últimos anos de sua vida mudou de conduta e se aliou aos inimigos. Entretanto, de



Ícone representando o Imperador Constantino e os bispos do Primeiro Concílio de Nicéia (325) segurando o Credo Niceno-Constantinopolitano de 381.

acordo com Paul Johnson, o imperador Constantino:

“(...) Embora em Niceia tenha tomado as providências necessárias para que uma maioria esmagadora de bispos condenasse determinadas crenças específicas de Ário e seus seguidores, mais tarde ele se mostraria ávido pela restauração deste, com base em uma confissão de fé; de novo, em 321, para evitar uma disputa com os donatistas pela igreja construída em Constantina (Cirta), que estes haviam ocupado e que era reivindicada pelos ortodoxos, Constantino deu aos donatistas o edifício estatal da Alfândega, como compensação. Em suma, o imperador colocava a ordem e a estabilidade, o governo, acima de qualquer consideração religiosa. Contudo, quanto à dissensão, em seu entender, constituía um desafio ao governo, agia de maneira impiedosa.”³⁵

Parece coerente afirmarmos que nesse contexto os assuntos de cunho religioso eram de suma importância para ascensão política de Constantino, agora, quanto à moralidade do que Jesus teria ensinado aos seus seguidores, esta se modificaria para ser alocada aos interesses do Império e da própria Igreja. Os clérigos buscaram aniquilar qualquer foco de dissidência doutrinária e essa forma de agir foi para tentar garantir a influência político-religiosa atreladas à estrutura majoritária da população. E através disso foi instaurado o “cristianismo constantiniano”, isto é, uma religião favorecida e influenciada pelo Estado.

³⁴ VEYNE, Paul. *Quando Nosso Mundo se Tornou Cristão (312-394)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, 38-39.

³⁵ JOHNSON, Paul. *História do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001, p. 415.

Considerações finais

Após a vitória esmagadora da maioria dos cristãos no Concílio de Niceia, os mesmos se intitularam “ortodoxos” (“caminho correto”), assim, todos os que não comungassem com a cristologia desenvolvida no Concílio foram tidos como amaldiçoados e heréticos pelos clérigos. Destarte, o grupo vencedor asfixiou os grupos menores que tinham suas próprias percepções, livros sacros, e subjetividades nas manifestações de suas crenças. Com Constantino, a religião cristã foi favorecida, recebendo assim, inúmeras benesses imperiais e foi utilizada como instrumento de dominação política, social, econômica e religiosa. Dito isso, não se pode compreender o triunfo do cristianismo na Antiguidade sem o influxo do Império Romano.

Flávio Henrique Santos de Souza é Licenciado em História pela Universidade Castelo Branco (UCB). Pós-graduado em História Antiga e Medieval pelo Núcleo de Estudos da Antiguidade da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (NEA-UERJ). Pós-graduando em História do Cristianismo pela UNISUAM.

Referências bibliográficas

Documentação

Bíblia de Jerusalém. São Paulo: Nova Edição, Revista: Paulus, 1973.

Credo de Niceia. Disponível em: http://www.ecclesia.com.br/biblioteca/historia_da_igreja/primeiro_concilio_ecumenico_de_niceia. Acesso em: 5 de abril de 2018.

Eusébio de Cesareia. *História Eclesiástica*. São Paulo: Novo Século, 2002.

Bibliografia geral

BLAINEY, Geoffrey. *Uma Breve História do Cristianismo*. Curitiba: Fundamento, 2012.

CURTIS A. Kenneth. *Os 100 Acontecimentos Mais Marcantes da História do Cristianismo: do*

Incêndio de Roma ao Crescimento da Igreja na China. São Paulo: Editora Vida, 2003.

CHEVITARESE, André L.; CORNELLI, Gabriele (Orgs). *A Descoberta do Jesus Histórico*. São Paulo: Paulinas, 2009.

_____. *Jesus Histórico: Uma Brevíssima Introdução*. Rio de Janeiro: Klíne, 2016.

EHRMAN, Bart D. *Como Jesus se Tornou Deus*. São Paulo: Leya, 2014.

_____. *Evangelhos Perdidos*. Rio de Janeiro: Record, 2012.

_____. *Quem Jesus foi? Quem Jesus não foi?*. Rio de Janeiro: Ediouro, 2010.

_____. *A Verdade e a Ficção Em O Código Da Vinci*. Rio de Janeiro: Record, 2005.

FALBEL, Nachman. *Heresias Medievais*. São Paulo: Perspectiva, 1976.

FARIA, Lair Amaro dos Santos. *“Quem vos ouve, ouve a mim”: Oralidade e Memória nos Cristianismos Originários*. Rio de Janeiro: Klíne, 2011.

FRANGIOTTI, Roque. *História das Heresias (séculos I-VII)*. São Paulo: Paulus, 1995.

FREITAS, Waldir Oliveira. *A Antiguidade Tardia*. São Paulo: Ed. Ética, 1990.

FUNARI, Pedro Paulo (Org.). *As Religiões que o Mundo Esqueceu*. São Paulo: Ed. Contexto, 2012.

GIBBON, Edward. *Declínio e Queda do Império Romano*. São Paulo: Companhia das Letras. Círculo do Livro, 1989.

HILL, Jonathan. *História do Cristianismo*. São Paulo: Edições Rosari, 2008.

JOHNSON, Paul. *História do Cristianismo*. Rio de Janeiro: Imago Ed., 2001.

LE GOFF, Jacques. *O Deus da Idade Média*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

LLORCA, Bernardino. *Historia de la Iglesia Católica*. Bac: Madrid, 1955.

LOYN, Henry R. *Dicionário da Idade Média*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.

Monsenhor Cristiani. *Breve História das Heresias*. São Paulo: Flamboyant, 1962.

SANTOS, João Batista Ribeiro. *Dicionário Bíblico*. São Paulo: Didática Paulista, 2006.

SILVA, Diogo Pereira da. *As Abordagens Historiográficas Sobre Constantino I (306-337): uma revisão*. Dimensões, Rio de Janeiro, vol. 25, p.32-45, out./nov. 2010. Disponível em: <http://www.periodicos.ufes.br/dimensoes/artic le/view/2541/2037>. Acesso em: 18 de agosto de 2017.

VEYNE, Paul. *Quando Nosso Mundo se Tornou Cristão (312-394)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.